



X Encontro Brasileiro de Administração Pública.  
ISSN: 2594-5688  
secretaria@sbap.org.br  
Sociedade Brasileira de Administração Pública

**ESTUDOS SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE RURAL NO BRASIL PRÉ  
E PÓS 2016: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

**Grazielle Noronha Campos, Claudia Souza Passador, João Luiz Passador, Rogério Henrique  
Mendes Córdova**

**[ARTIGO] GT 14 Estudos teóricos, históricos e comparados em Adm. Pública**



## **ESTUDOS SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE RURAL NO BRASIL PRÉ E PÓS 2016: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

### **Resumo:**

O presente artigo analisa a construção de conhecimentos acerca das políticas públicas existentes para as juventudes rurais no Brasil pré e pós 2016, visando a formação de um histórico e de subsídios que possam influenciar pesquisadores para demais estudos, profissionais e a gestão pública na tomada de decisões quanto ao ciclo de políticas públicas voltadas para a categoria. O objetivo da pesquisa foi analisar a produção científica sobre as políticas públicas para a juventude rural durante uma década (2013-2022) e por objetivos específicos identificar os principais temas presentes na produção científica, discutir possíveis aproximações e distanciamentos nas pesquisas que foram objeto da análise e identificar possíveis lacunas existentes. Trata-se de uma revisão integrativa que adotou a técnica de análise de conteúdo temática. Foram selecionados, após análise, 29 artigos, 14 dissertações e 4 teses. Os resultados encontrados revelaram que diversas questões relativas e de interesse para a juventude rural não são pesquisadas e alguns outros aspectos envolvendo o tema, foram pouco explorados nos estudos nacionais.

**Palavras-chave:** Administração Pública. Juventudes. Políticas Públicas – juventude rural.

### **INTRODUÇÃO**

Neste artigo será analisada a produção científica acerca das políticas públicas voltadas para a juventude rural no Brasil nos últimos dez anos, com foco na transição de governo ocorrida em 2016, de forma a construir um panorama comparativo acerca da produção desse conhecimento. Assim, o objetivo principal deste artigo é levantar e analisar a produção científica em relação as políticas públicas para a juventude rural do Brasil referente ao período de 2013 até 2022, último ano em que o país se encontrava sob a gestão do Presidente Jair Bolsonaro. Os objetivos específicos são identificar os principais temas presentes na produção científica, discutir possíveis aproximações e distanciamentos nas pesquisas que foram objeto da análise e identificar possíveis lacunas existentes. O problema de pesquisa que inspirou o presente artigo é: ao longo de uma década, como se caracteriza a produção científica de conhecimento relativa às políticas públicas para a juventude rural?

Para responder a tal questionamento, este trabalho se vincula à Administração Pública no Brasil e visa uma análise mais complexa sobre o fenômeno. Na perspectiva das ciências sociais, políticas e jurídicas, a administração pública tem como objetivo trabalhar a favor do interesse público e dos direitos e interesses dos cidadãos (CHAGAS, 2015). A necessidade de se trabalhar na direção de uma administração pública cada vez mais capacitada para responder às solicitações da sociedade e a preocupação com a prestação de serviços públicos com maior qualidade, assim como a elevação do desempenho das instituições do Estado, tornaram-se, de forma rápida e intensa, uma bandeira fundamental da teoria e da prática da gestão pública na contemporaneidade (SIMIONE, 2014).

Neste trabalho serão analisadas as políticas voltadas para a Juventude rural. Segundo Martins (2021):

Os estudos de juventude rural no Brasil remonta à segunda metade da década de 1990 e durante muito tempo, estas pesquisas buscaram compreender os determinantes da saída dos jovens do campo e a repercussão desse fenômeno no processo de sucessão rural. Afirma que na segunda metade dos anos 2000, no contexto de implementação de políticas de desenvolvimento rural, os estudos de juventude rural passaram a se dedicar ao entendimento das causas da permanência dos jovens no campo e que essa mudança de enfoque decorre de transformações econômicas, sociais e políticas vivenciadas no rural brasileiro nas últimas décadas e da consolidação da juventude rural como ator político de destaque no interior de importantes movimentos sociais rurais.

Nesse sentido, torna-se pertinente conhecer a literatura científica sobre as políticas públicas para a juventude rural no Brasil a fim de se identificar o histórico desse período de transição antes e após 2016, quando ocorreu o impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, finalizando uma era de governos petistas, e iniciou-se um conjunto de contrarreformas, que retiraram direitos, das mudanças legislativas constitucionais e infraconstitucionais, que devem ter seus impactos analisados na conjuntura de ascensão da extrema direita e do recrudescimento do conservadorismo (FARAGE, 2021). Para Farage (2021), a conjuntura atual deve ser por nós analisada à luz das contrarreformas em curso no Brasil após 2016. No atual cenário social, político e econômico não há como realizar a análise de políticas públicas de maneira isolada, sem levar em conta seu impacto e sua relação com a esfera pública. Para Howlett, Ramesh e Perl (2013) uma política pública é "um processo aplicado de resolução de problemas". Sendo assim, a análise das políticas públicas é essencial para que se verifique quanto a eficácia na resolução dos problemas que se pretendia com tais implementações.

A partir desta problematização, pretende-se, com este artigo, subsidiar a construção de conhecimento e a formação de um histórico, ao realizar uma revisão integrativa da produção

científica relativa as políticas públicas para a juventude rural antes e após 2016, para que possa influenciar pesquisadores, profissionais e a gestão pública na tomada de decisões, contribuir com o campo de conhecimento, e sobretudo, contribuir para a melhoria das políticas públicas, para que possam desempenhar seus papéis integralmente para os jovens rurais do país.

### **O QUE FALAM SOBRE OS JOVENS E O QUE ELES NOS FALAM**

Para estudar a juventude brasileira, deve-se debater os conceitos atribuídos a esta categoria, haja vista que conhecer alguns dos principais conceitos elaborados por estudiosos do assunto serve de suporte para que se possa entender o que é juventude e quais são as necessidades prioritárias na vida social desse segmento da população, que reclama a atenção do Estado por meio da formulação e implementação de políticas públicas específicas. Alves (2020) afirma que: “Entender como tem ocorrido a construção/formulação/produção os direitos sociais visam a garantir aos indivíduos o exercício e usufruto de direitos fundamentais em condições de igualdade, para que tenham uma vida digna, com direitos e garantias salvaguardados pelo Estado (ALVES, 2020)”.

De acordo com Neri (2021): “Estudos recentes realizados pelo FGV Social mostram uma alta vulnerabilidade dos mais jovens brasileiros em tempos de crise. Estes choques podem deixar marcas permanentes, o chamado efeito-cicatriz, sobre a trajetória de ascensão social de toda uma geração”.

Parte-se de um cenário de conquistas de direitos – ainda que tardiamente, se comparado a outros países – e, logo em seguida, o ataque a esses. Com a redução dos gastos sociais, algumas práticas ressurgem, revestidas de novas, como o apelo à caridade, a beneficência, a solidariedade, que, na contemporaneidade se utilizam de inúmeros instrumentos, como as redes sociais e a mídia em prol da realização do “favor” em detrimento do direito (CAETANO; AZEVEDO, 2017).

“Para tanto, faz-se necessário somar forças, pensar estratégias, superar o processo que separa os sujeitos enquanto pertencentes à mesma classe, trata-se de ultrapassar o aparente”, como refere Kosik (2002). “Trata-se de somar esforços junto às juventudes, para que a partir de suas demandas reais seja possível estabelecer diálogos com outros sujeitos que também tem tido seus direitos ameaçados cotidianamente (CAETANO; AZEVEDO, 2017)”.

O mundo e a sociedade brasileira se encontram em crise e um dos assuntos que tem despertado interesse dos pesquisadores é justamente sobre os aludidos retrocessos. O que está em voga, ainda sem respostas, seria como viver e superar esse contexto de crises de autoritarismo, crises na educação, e com a banalização das diversas desigualdades sociais. São tempos difíceis, em que são anunciados por trás de atos antidemocráticos, práticas autoritárias desenfreadas e escancaradas, barbáries, “fake News”, que se diversificam e se multiplicam no cotidiano de nossa sociedade (FERREIRA; SANTANA; EUGÊNIO, 2020).

Todas essas questões sociais afetam as juventudes, suas expectativas e impactam na elaboração e implementação de políticas públicas: “A pandemia do Coronavírus aumentou o desemprego e as escolas tiveram que adotar o isolamento social, com isso as desigualdades se acirraram, pois faltam recursos tecnológicos para todos, faltam espaços para que seja feito esse isolamento, falta água, comida e outros (FERREIRA; SANTANA; EUGÊNIO, 2020)”. Para Teixeira (2012), do esporte ao lazer, da educação ao trabalho, com política pública focada e recursos bem-dispostos é possível transformar esse desenvolvimentismo excludente em uma espécie de economia política juvenil, onde a prioridade é o sujeito, a vida, o presente e o futuro e não mais as grandes empresas e multinacionais, seus desmandos e seus exorbitantes lucros.

### **HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NO BRASIL**

Silva (2016) afirma que: “Para se chegar a uma política pública eficaz, é necessário conhecer a realidade e planejar a temática na qual será desenvolvida. Assim, é possível perceber a real necessidade da sociedade e suas demandas. Somente então deve haver propositura pelo Legislativo para implementação da Política Pública, tornando-a mecanismo de controle social”.

Para o mesmo autor,

Políticas públicas de juventude são ações do Governo como meio de solucionar problemas inerentes à juventude. Promover saúde e educação de qualidade, gerar empregos, fomentar a qualificação profissional, facilitar o acesso à cultura, esporte, lazer e cidadania são tarefas que o Governo deve praticar para que seja eficiente a promoção de Políticas Públicas de Juventude.

Considera-se que a pauta da juventude entrou oficialmente na agenda governamental do Brasil após sancionada a Lei federal nº 11.129/2005, que instituiu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), Conselho Nacional de Juventude (ConJuve) e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). Esta normatização delimita uma faixa etária para a condição da juventude, que compreende indivíduos entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos. (CONJUVE, 2006). Sposito e Carrano (2003) afirmam que “Até a virada de milênio no Brasil eram escassas informações e iniciativas governamentais em nível federal que pudessem ser analisadas como compondo um campo específico de políticas públicas para a juventude”. Nas palavras dos autores:

Ao se empreender qualquer análise sobre as iniciativas federais, é preciso evidenciar a baixa atividade coordenadora do governo federal no período 1995- 2002, em relação a seus programas e projetos. Nesse sentido, um dos primeiros diagnósticos se relaciona com a constatação da ausência de registros sobre a avaliação e o acompanhamento gerencial das políticas.

Um movimento da ONU (Organização das Nações Unidas), que instituiu o Dia Internacional da Juventude, no final dos anos 90 influenciou, no Brasil, no início dos anos 2000,

a haver uma discussão mais efervescente sobre essa necessidade. Iniciativas municipais começaram a tratar desse tema como Diadema (município da Região Metropolitana de São Paulo), São Paulo, Recife e algumas outras cidades começam a ter agendas voltadas para os jovens e finalmente a Câmara Federal cria uma comissão especial para tratar desse tema (MEDINA, 2021). No período da gestão do Fernando Henrique Cardoso, Sposito e Carrano (2003) apontam que “33 programas federais atingiam os jovens, mediante um volume considerável de recursos aos estados, municípios, ONGs ou fundações empresariais. Em 2004, tem-se a instituição na Câmara Federal da Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude, que iniciou o debate acerca do Estatuto da Juventude”.

Após a criação das instituições voltadas para a juventude, outras importantes legislações foram criadas, o que é considerado um avanço, tais como: Lei no 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Pro-jovem; Estatuto da Juventude (Lei nº12.852/2013); Decreto no 9.306, de 15 de março de 2018, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Juventude; e Decreto nº 10.226, de 05 de fevereiro de 2020 que alterou o Decreto no 9.306/2018. Tais instrumentos legais traçam objetivos fundamentais, no entanto, é necessária uma série de mecanismos para concretizá-las, o que não ocorreu em sua plenitude. Em conformidade com Sposito e Carrano (2003) o Brasil foi um dos últimos países na América Latina a consolidar de forma integrada políticas públicas e direitos aos jovens. No rastro dessa conquista, muito lentamente consolidada, o país ganhou todo um arcabouço de estruturas voltado especificamente para este segmento, seja com a criação de um arcabouço jurídico mais moderno de “proteção” ao jovem, seja com a implantação de um sistema de organismos oficiais e não governamentais, em âmbito federal, estadual e municipal, que devem – pelo menos é o objetivo estabelecido – dar suporte ao poder público para “cuidar” da juventude (TEIXEIRA, 2012).

Segundo o IBGE (2010): “A criação de estruturas governamentais específicas de formulação de políticas para jovens foi uma forma de olhar as especificidades dos jovens e elaborar políticas públicas adequadas para as suas necessidades. A juventude alcançou aproximadamente ¼ da população nacional, a maior de história do país”. Por isso é fundamental a existência de políticas públicas específicas, bem-sucedidas e abrangentes para essa parcela da população. Silva (2016) alega que:

Na temática políticas públicas, houve no Brasil um grande movimento em junho de 2013. Desde o final da década de 80 e início da década de 90 não se via no Brasil manifestações com tanto apelo popular. Estima-se que no auge dessas manifestações, foram à rua, pelo país, mais de 1 milhão de pessoas, protestando a favor de Políticas

Públicas eficientes. Salaria que com o advento do Estatuto da Juventude, promulgado em 2013, regulamentado pela Lei 12.852/13, os jovens finalmente contam com um mecanismo legal que defenda seus interesses de forma integral. Através desse Estatuto, pode-se cobrar do Governo medidas resolutivas para problemas sociais e ações concretas na temática jovem.

Embora possam ser observados avanços no âmbito legal, o Brasil passou por uma mudança política que alterou a dinâmica das políticas públicas, dentre elas, as voltadas para a juventude. Alguns impactos foram as alterações na Secretaria Nacional de Juventude e o acesso às políticas públicas – cada vez mais focalizadas e seletivas (CAETANO; AZEVEDO, 2017).

Especialmente no âmbito das políticas voltadas para a juventude, pode-se identificar que os últimos anos apresentaram alguns avanços, como o estabelecimento de uma legislação que trata das especificidades do público jovem e dessa, surgem outras preocupações e prerrogativas, antes desconsideradas. Todavia, o cenário atual é desfavorável para a efetivação de muitas dessas conquistas, através de um retraimento não lento e gradual, mas abrupto, sem amplo debate e sem explicações outras que não sejam relacionadas à crise econômica e ao suposto desenvolvimento do nosso país – como por exemplo, as reformas do ensino médio e trabalhista, aprovadas recentemente (CAETANO; AZEVEDO, 2017).

“Em suma, políticas públicas é um assunto inserido em todas as camadas sociais. Estas, específicas de juventude, estão caminhando, embora a passos curtos, rumo a uma sociedade mais igualitária e justa. (Silva, 2016)”.

Silva e Barbosa (2021) “afirmam que nas primeiras décadas do século XXI, o Estado brasileiro foi identificado como indutor de melhorias para as classes menos favorecidas, ao mesmo tempo em que se buscava diminuir as desigualdades sociais por meio de diversas políticas públicas”. De 2005 a 2015 “o Brasil experimentou uma década de políticas públicas de juventude. Um esforço nacional a partir, principalmente, de iniciativas do Governo Federal (nos Governos Lula e Dilma) (CASTRO, 2016)”.

Essa visão começa a ser questionada e as pressões pela diminuição do Estado, com apelo a privatizações e a concessões à iniciativa privada se tornam mais comuns. Ao mesmo tempo, uma onda conservadora ganha espaço, identificando as políticas de inclusão social como nocivas a seus valores e a seu modo de vida. Foi a necessidade de recompor os ganhos da burguesia que levaram ao impedimento de Dilma Rousseff, em 2016 (SILVA; BARBOSA, 2021).

Silva e Barbosa (2020) alegam que: “Liderado por Michel Temer, o governo seguinte deu início a uma profunda desregulamentação com o estabelecimento constitucional de um Teto de Gastos, que na prática limita por 20 anos as ações do governo federal”. Para Demier (2017) “a insistência em constitucionalizar o Teto de Gastos e outras mudanças de cunho neoliberal faz parte da busca pelas classes dominantes de tornar os regimes democráticos-liberais imunes (ou menos suscetíveis) às exigências populares”.

A partir de 2016, portanto, as políticas públicas para a juventude passaram a sofrer sérias ameaças de retrocesso. O Teto de Gastos sinaliza o impacto negativo do congelamento das verbas destinadas às políticas públicas em geral e, em especial, as políticas para as juventudes. O novo contexto político, implicou bruscas interrupções e alterações nos projetos e ações desenvolvidas pela SNJ. Novas propostas foram elaboradas, porém, com características absolutamente distintas das propostas anteriores, inclusive com uma acentuada redução nos seus propósitos e alcances (MOURA; ZUFFO, 2021).

Ainda na gestão do presidente Michel Temer, a SNJ foi vinculada à Secretaria de Governo da Presidência da República, por meio da Medida Provisória 726/2016. Sabe-se que não se tratou apenas de um deslocamento de “sala” ou de “prédio”, mas também da substituição de perspectivas, que estão relacionadas a projetos societários distintos e que se encontram, constantemente em contraposição (CAETANO; AZEVEDO, 2017).

Ainda segundo os autores Caetano e Azevedo (2017),

O presidente do Conselho Nacional de Juventude à época, Daniel Souza, apontou alguns dos impactos da gestão Temer, dentre eles: as alterações na Secretaria Nacional de Juventude, inclusive com a escolha de seu secretário; a ruptura da democracia brasileira – já tão contraditória; os esforços com vistas a impedir maior participação social da população, como ainda, o acesso às políticas públicas – cada vez mais focalizadas e seletivas.

No governo Bolsonaro (2019-2022) foi possível constatar o desmonte de políticas públicas direcionadas a diversas parcelas da população: “O reflexo de tais ações apresenta um retrocesso social no país. Na atualidade, com efeito, a população jovem tem sido uma das maiores atingidas pelos índices negativos que permeiam a sociedade (TIMÓTEO; OLIVEIRA, 2021)”. Corroborando essa assertiva, Cerqueira et al. (2017) sustenta que, desde 1980, está em curso no país um processo gradativo de vitimização letal da juventude, em que os mortos são jovens cada vez mais jovens.

Todavia, parte da sociedade aparenta clamar pela redução da idade de imputabilidade penal e pelo encarceramento em massa, os quais apenas estimulam a criminalidade. Nesse caminho, surgiram Projetos de Lei e Projetos de Emenda Constitucional sobre redução da maioridade penal o que são vistos como medidas punitivas, enquanto Políticas Públicas são vistas como medidas preventivas. Alguns defensores dessa redução a veem como forma de acabar com a criminalidade, forma distorcida da realidade, segundo a maior parte dos criminalistas. Além disso, a pandemia gerou inércia a algumas ações e práticas no Brasil.

Em um cenário de escassez de políticas públicas específicas destinadas à consolidação dos direitos humanos, destaca-se uma atenção especial para a juventude, como uma das maiores prejudicadas nesse panorama de inércia, haja vista que é nela onde estão presentes a maioria dos índices negativos que permeiam o seio social (TIMÓTEO, OLIVEIRA, 2021).



Sem as políticas públicas, o uso dos instrumentos pela Administração Pública fica desconectado de uma linha de objetivos. Avanços em políticas públicas não podem ficar para trás na sucessão de ideologias e de governos. Querer subtrair isso é violar o princípio democrático (BITENCOURT; RECK, 2018). De acordo com Blyth (2017), “as políticas de austeridade, longe de beneficiar a economia, possuem caráter recessivos duríssimos, além de aprofundarem as desigualdades sociais ao piorar as condições de vida da maioria dos brasileiros.” Destituir as políticas de inclusão social em relação às ações vinculadas a gênero, entre outras que, grosso modo, parecem sem sentido, mas, quando analisadas integralmente, fazem parte de um modelo de governo autoritário e articulado aos interesses do capital. (CARDOSO NETO; NEZ, 2021).

## **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES RURAIS**

O Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) dispõe, dentre outras questões, acerca da:

[...] necessidade de ação do poder público na criação de linha de crédito especial destinada aos jovens empreendedores, além de apoio ao jovem trabalhador rural na organização da produção da agricultura familiar e dos empreendimentos familiares rurais. Após criação de políticas públicas específicas para a juventude, a partir de 2004, o que representa um processo de reconhecimento desta categoria na agenda pública do governo federal em parceria com a sociedade civil, os jovens do campo vêm reivindicando a consolidação de uma política para a juventude rural, um projeto de agricultura familiar que tenha como centro a juventude, a reforma agrária e uma mudança na estrutura fundiária. (MAXEMINO et al, 2017).

Barcellos (2015) afirma que os jovens situados na área rural do país são sujeitos organizados, em sua maioria em movimentos sociais, formando o campo das lutas pelas políticas públicas para a juventude rural. No Brasil, de acordo com o último censo populacional, existem 7,8 milhões de jovens entre 15 e 29 anos vivendo em áreas rurais (IBGE, 2010). Segundo Barcellos, Menezes e Stropasolas (2014) “[...] nas últimas décadas, está ocorrendo uma inegável diminuição da porcentagem de jovens e de adultos que vivem nas áreas rurais”, pois segundo dados do IBGE (2010), “[...] cerca de oito milhões de pessoas em uma faixa etária considerada jovem (15 a 29 anos) estão no rural, representando 27% de toda a população que vive nesse espaço”. Trata-se de um público bastante heterogêneo, ainda pouco analisado nas pesquisas acadêmicas (MARTINS, 2021): “É função do Estado implementar ações e programas que tenham como objetivo mudar a realidade no campo, no sentido de transformar o espaço rural em um ambiente sustentável e próspero, dando condições dos jovens construírem seus projetos de vida sem saírem do campo”. Galindo (2014) afirma ainda que quando se procura compreender o que realmente a juventude rural deseja ao apresentar as suas reivindicações por políticas públicas, a resposta na maioria das vezes é a permanência no campo.

A inserção da juventude rural nessas dinâmicas de políticas públicas estão geralmente relacionadas às problemáticas do êxodo rural da população jovem e nas demandas por programas, direitos e políticas. De acordo com Galindo (2014),

[...] a juventude trata o tema como sendo de natureza pública, como resposta aos discursos que colocam a migração desses jovens como se fosse escolha individual, então, estes jovens querem demonstrar que a questão da migração e condições de vida no campo não são questões individuais, mas sim pautas que devem ser implementadas na agenda pública, relativas à garantia de cidadania e direito da população rural.

Silva e Araújo (2020) afirmam que:

Em 2005, ocorreu a criação do Projovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens) apontado pelo governo como uma das mais importantes políticas públicas para a juventude nos últimos anos. No que concerne à juventude rural é lançado no mesmo ano a linha Jovem no PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e o NPT (Nossa Primeira Terra) inserido no Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Assim, houve intensas reivindicações e enormes avanços da população rural e sua juventude na conquista de espaço na agenda pública, principalmente referentes às políticas públicas, no entanto, estas devem ter especial atenção quando pensadas pelo poder público, no caso o Estado, no sentido de promoverem emancipação e autonomia e não tutela e dependência, enxergando esses jovens não como atrasados e incivilizados, mas sim sujeitos capazes de transformarem as dinâmicas do espaço rural (SILVA; ARAÚJO, 2020): “O reconhecimento da diversidade da juventude, com a inclusão da juventude rural e dos povos e comunidades tradicionais no Estatuto da Juventude foi um passo histórico para a visibilidade e reconhecimento dessas populações”.

A aprovação do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (BRASIL, 2016), que afirma as múltiplas questões que envolvem a permanência dos jovens no campo, bem como a centralidade do papel do Estado, seria o próximo passo. Barcellos (2017), no entanto, relata a dificuldade em analisar o impacto social dessas políticas públicas do governo federal em relação à juventude rural, pois muitos dados quantitativos, além de ainda serem escassos, são divulgados de forma vaga nos sites e fontes disponibilizadas pelo governo federal. De acordo com Castro (2016), apesar dos avanços,

[...] ainda permanecem fragilidades e limites em relação às pautas da juventude, e particularmente da juventude rural, pois “[...] as possibilidades reais de escolarização, acesso à terra e à renda, muito valorizados como caminhos para a construção de autonomia”, são desafios para muitos jovens que vivem no mundo rural, na medida em que, enfrentam barreiras para sua autonomia e possibilidades de escolhas.

Ao apresentar os avanços das ações realizadas de 2005 a 2015, para a juventude rural pelos governos Lula e Dilma, a autora afirma que apesar das importantes conquistas nos marcos legais, na formação de institucionalidades e formulação de políticas públicas, tais avanços não se

consolidaram em políticas de Estado, pois não foi possível consolidar uma política nacional para a juventude rural e um Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural.

Se a ênfase na questão sociológica do êxodo do campo para a cidade dominou os estudos até bem pouco tempo, Castro (2016) observa que:

[...] alterações importantes fruto de pesquisas mais recentes, que demonstram que mesmo que ainda tenha ocorrido uma importante perda de população jovem no campo brasileiro (1 milhão entre 2000-2010), percebeu-se movimentos de permanência e mesmo de migração de retorno. Recentes pesquisas demonstram que há um ritmo de desaceleração da migração da população rural e mesmo da população jovens do campo, e associa às políticas públicas implementadas (IPEA,2015).

Já Barcellos (2017) alega que:

Nos espaços políticos (grupos de trabalho, conferências, seminários e comitês) promovidos pelo governo onde ocorreram os debates sobre a questão da juventude rural, alguns temas eram pautas recorrentes, como: a falta de orçamento para políticas públicas para a juventude rural, a falta de prioridade no tema por parte do governo, como fugir de um esquema burocrático que promova o acesso a política, preconceitos com o(a) jovem quando vai acessar políticas ou participar de espaços de decisão, a falta dos ministérios e secretarias firmarem compromissos políticos mais efetivos com as políticas públicas para a juventude rural e a necessidade de formulação de outras políticas de crédito.

De acordo com tais pautas, essas e outras políticas de crédito, seriam uma ferramenta para a obtenção das condições sociais e de autonomia para a construção dos projetos de vida no contexto rural brasileiro.

Segundo Castro (2016), “a produção de alimentos no Brasil depende, fortemente, da agricultura familiar, como demonstra os Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006”. Assim, ter uma agricultura familiar fortalecida é estratégico para o país. Por isso é essencial que haja gerações se sucedendo nessa missão para garantia da segurança alimentar que o Brasil vem conquistando. O Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural previa ações voltadas diretamente para o acesso à terra para a juventude: destinaria 30% dos novos lotes da reforma agrária para a juventude rural, garantindo a paridade de gênero; alterar normativo do INCRA possibilitando a priorização da juventude, incluindo jovens solteiras/os; priorizar a destinação dos lotes retomados em assentamentos constituídos para as/os jovens das famílias assentadas; normatizar a transferência de posse dos lotes da reforma agrária para herdeiras/os. Contudo, o plano foi extinto pelo Governo Bolsonaro antes de sua implementação.

Diante de tais andamentos, Castro (2016) sintetiza que :

O golpe parlamentar, que se materializou no dia 31 de agosto de 2016 com o afastamento definitivo da Presidenta Dilma da Presidência da República, carrega em seu bojo não apenas a retomada de uma agenda neoliberal, mas seu aprofundamento. Para as políticas públicas para a agricultura familiar há uma perspectiva bastante evidente: a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário; a possibilidade da estrangeirização das terras, com a abertura para a compra ilimitada por estrangeiros de

terras no Brasil; privatização do armazenamento de alimentos, fim dos recursos para os programas de aquisição pública de alimentos; fim da demarcação das terras Indígenas por parte do governo federal que passaria a ser atribuição do Congresso Nacional, o que interditaria em definitivo o avanço na demarcação de terras no Brasil; eliminação da agenda da agricultura familiar e sua representação do Governo Federal na Câmara de Comercio Exterior, dentre outras, ocorrendo assim a hegemonia do projeto do Agronegócio e da Grande Produção para a Exportação. Os impactos do projeto em curso se traduziram em cortes no orçamento previstos nas ações voltados para a agricultura familiar, que retirou R\$ 430 milhões em investimentos.

Pode-se afirmar, portanto que se consolidou um projeto claro para o rural brasileiro que desmonta e desestrutura o que já foi consolidado como política para agricultura familiar e em especial para qualquer avanço da Reforma Agrária (CASTRO, 2016). Ainda para a autora, desde o golpe de 2016 os gestores públicos brasileiros ficaram cegos para a importância da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável do campo, e principalmente para a necessidade de garantir condições para a permanência digna de jovens que vão continuar produzindo 70% dos alimentos que vão para a mesa dos(as) brasileiros(as) todos os dias. Essa falta de visão da elite e dos gestores brasileiros é a responsável por cortes em políticas de fortalecimento da educação, por exemplo, como a interiorização do Ensino Superior e para o Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (Pronea).

A autora afirma que mesmo com esse cenário desolador para a juventude rural, o presidente Jair Bolsonaro extinguiu, com um decreto em agosto de 2020, o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, documento elaborado pela CONTAG, MPA, MST e outros movimentos da juventude camponesa com reflexões e propostas para garantir a permanência no campo com qualidade de vida. E mesmo com o aumento da fome no Brasil e todas as dificuldades impostas aos agricultores e agricultoras familiares no país, Bolsonaro vetou não apenas um, mas dois Projetos de Lei que propunham medidas emergenciais de amparo a agricultores e agricultoras familiares que foram impactados(as) economicamente pela pandemia da Covid-19: o PL 823/2021 (vetado no dia 17 de setembro de 2021) e o PL 735/2020 (vetado em 25 de agosto de 2020) (CONTAG, 2021).

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Apresenta-se nesta seção o percurso metodológico e as estratégias adotadas para cumprir a finalidade de analisar as publicações científicas sobre as políticas públicas para a juventude rural na última década e, com isso, construir o panorama acerca da literatura dedicada ao tema e atingir os objetivos específicos. A metodologia adotada para este estudo foi a revisão integrativa, por meio de um levantamento dos artigos e trabalhos científicos publicados acerca do tema.

Realizou-se também uma revisão documental acerca das políticas públicas da juventude com ênfase para a complexidade em torno da juventude rural com fins de se compreender o histórico quanto a estudos realizados e contextualizar a pesquisa. Segundo Ercole, Melo e Alcoforado (2014):

A revisão integrativa é um método que possui a finalidade de sintetizar resultados obtidos em pesquisas acerca de uma questão, de forma sistemática, ordenada e abrangente. Denomina-se integrativa, pois, propicia informações mais abrangentes sobre um determinado assunto formando, desse modo, um corpo de conhecimento.

Para Whittemore e Snafl (2005):

[...] Assim, o revisor/pesquisador pode elaborar uma revisão integrativa com diversas finalidades, podendo ser voltada para discutir conceitos, rever teorias ou analisar de forma metodológica os estudos incluídos em um tema específico, ao contrário da abordagem sistemática de revisão, que propicia uma base de conhecimento com maior foco, porém, mais restrita em termos de abrangência.

Souza, Silva e Carvalho (2010) alegam que “a revisão integrativa é a mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado”. Entende-se, portanto, ser a revisão adequada para realização deste estudo.

### **Características da pesquisa**

A pesquisa qualitativa consiste em uma prática integradora de múltiplas lentes para a compreensão da realidade (MARCHI; DELLAGNELLO; ERDMANN, 2011) e, portanto, apresenta características que correspondem às necessidades deste estudo. Para a análise dos dados da produção científica selecionada e discutir possíveis aproximações e distanciamentos nas pesquisas serão empregados recursos de análise de conteúdo e interpretativas, com abordagem de análise crítica de conteúdo temática proposta por Bardin (2011). Por meio da análise de conteúdo, pode-se discernir os pontos conectivos entre as categorias, ao mesmo tempo que se entende necessário o cruzamento dos levantamentos com a pesquisa bibliográfica realizada, sendo seu material de análise a linguagem em seus variados modos de expressão (BOSI, 2012).

### **Operacionalização da pesquisa**

A instrumentalização da pesquisa perpassou por três etapas, assim como defendido por Brito e Berardi (2010), quais sejam: a escolha da literatura, o levantamento e a sistematização da base de dados, a partir do material bibliográfico selecionado e a síntese, a análise e a apresentação dos resultados. A busca de artigos, dissertações e teses foi realizada entre maio e julho de 2022, utilizando como palavras-chave “políticas públicas” e “juventude rural” simultaneamente e suas variações, “juventude do campo” e “juventude agrária”.

A busca ocorreu em quatro bases de dados: Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (Periódicos CAPES); Scientific Electronic Library Online (SciELO) Brasil, Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD. Por ser o foco do estudo a realidade brasileira, optou-se por enfatizar bibliotecas nacionais e em língua portuguesa. A escolha por estes portais é justificada porque representam relevantes fontes de informações. Foram contemplados artigos e publicações produzidas entre 2013 e 2022, considerando os últimos dez anos de produções. Para a seleção dos artigos não houve delimitação quanto a classificação WebQualis da CAPES. Optou-se por não incluir publicações de eventos diversos com exceção para os artigos apresentados em eventos vinculados a ANPAD – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração. A partir desses critérios foram selecionados 47 documentos, dos quais 29 artigos, 14 dissertações e 4 teses (anexo I). Foram excluídos documentos duplicados entre as bibliotecas e publicações que constassem somente um dos termos pesquisados.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Foram identificadas publicações em 24 periódicos diferentes e 1 na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. Após a leitura cuidadosa do texto completo de cada um dos estudos, foi possível identificar os dois grandes temas que podem ser depreendidos destas pesquisas: sucessão rural e educação do campo. Estes temas não se excluem e podem, inclusive, mostrarem intersecções, já que, em algumas situações, uma mesma produção pode discutir os dois temas, contudo, tais temas são importantes como eixos orientadores da análise, contribuindo para o entendimento das diferentes facetas que compõe a realidade das políticas públicas para as juventudes rurais. Nesta análise os termos comuns a todos, “juventude rural”, “políticas públicas” e “Agricultura familiar” foram desconsiderados. Optou-se pela elaboração de uma tabela em relação aos temas gerais encontrados nos estudos analisados (Anexo I) e um quadro síntese com os materiais selecionados (Anexo II).

A concentração de publicações entre os temas aponta para uma carência de publicações em revistas que tem em vista o olhar da Administração. Sobre os periódicos com maior número de publicações as revistas científicas mais direcionadas às Ciências Agrárias e Educação são as que apresentaram maior número de estudos, no caso a Revista de Economia e Sociologia Rural e a Desenvolvimento em Questão, com total de 25% de participação. A quantidade de títulos diferentes de periódicos ilustra o caráter multidisciplinar das pesquisas.

Ao estudar os anos das publicações, os números tornam-se mais elevados entre 2013 e 2016, sendo que o maior percentual é referente a 2014, com 16,66% (8 artigos). Acredita-se que isto se deve ao período em que estavam sendo avaliadas as políticas públicas recém implementadas para a juventude e há uma queda pós-2016, ou seja, foram diminuindo as publicações na medida que também diminuíram as políticas voltadas para o jovem rural. Observa-se que em relação aos campos das ciências, há predominância em autores das ciências agrárias e sociais, o que mostra, mais uma vez, o quanto o desenvolvimento de pesquisas em políticas públicas é um campo multidisciplinar e que demanda reflexões de diversas áreas do conhecimento. Nota-se aqui a existência de autores no campo da Administração e Administração Pública na geração de conhecimentos sobre a juventude rural, nesse caso os assuntos tratados foram empreendimentos de agricultura familiar. A variedade de campos de conhecimento que possibilita amplas conclusões e mostra a complexidade das intervenções governamentais.

Importante ressaltar que quase todas as pesquisas analisadas discutiram o tema da sucessão rural, permanência dos jovens na área rural e migrações rural-urbana que tratam de aspectos semelhantes. Os resultados dos estudos acerca do tema concluem, todos, que a existência de políticas públicas para estimular a juventude rural a permanecer na área rural são essenciais. Alguns estudos, após 2016, criticam o posicionamento do governo em relação as políticas públicas para a juventude rural. Porém, a maior parte das pesquisas não citam a questão do retrocesso.

Os resultados demonstram poucos estudos que tratam da análise de uma política pública em particular e muitos relatam a dificuldade no acesso aos dados relativos a juventude rural. Portanto, ao longo de uma década, como se caracteriza a produção científica de conhecimento relativa às políticas públicas para a juventude rural? Os estudos em relação a juventude rural ainda são bastante voltados para a questão da sucessão rural e da permanência ou não da juventude do campo. São unânimes em afirmar que há carência de políticas públicas voltadas para a categoria. Questões como estrutura das escolas, do distanciamento delas das comunidades, da necessidade em se observar as especificidades, como os períodos de produção e colheita, por exemplo, são temas levantados pelos autores.

Os resultados encontrados com a sistematização e análise da produção científica sobre a juventude do Brasil nos últimos 10 anos revelaram que várias questões relativas e de interesse para os jovens não são pesquisados e alguns outros aspectos envolvendo o tema, foram pouco

explorados nos estudos nacionais. Em síntese, os resultados evidenciaram o caráter multidisciplinar da produção científica contemplando áreas como Administração, Ciências agrárias, Geografia, Ciências Sociais e Educação.

Ademais, muitos dos autores destacam que há dificuldades de acesso as políticas públicas existentes. Esse é um resultado significativamente destacado pelos estudos sobre o tema. Ressalta-se que embora alguns elementos tenham sido frequentemente enfatizados, a análise não se esgota, havendo potencialidades a serem exploradas. Matheus Quevedo (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ, 2021), jovem rural, cita várias bandeiras defendidas pelos e pelas jovens rurais, como a agroecologia, combate ao uso dos agrotóxicos, acesso à internet, educação, arte, cultura e lazer. “Agora, na pandemia, fizemos uma luta forte para inserir algumas questões direcionadas à juventude rural no texto do PL 735/2020 - que visa garantir medidas emergenciais para a agricultura familiar de enfrentamento à pandemia de Covid-19 – que não estavam tão nítidas no texto, visando a permanência da juventude no campo e produzindo alimentos”. A congruência entre tais necessidades e as políticas públicas desenvolvidas pela administração pública deve ser prioridade e sua análise é essencial.

Por fim, é válido observar a inexistência de pesquisas acerca da juventude rural após às mudanças no governo federal de 2016, com sua brusca ruptura à priorização de políticas sociais, averiguando o quanto isso impacta as políticas públicas. Assim, a análise dos principais textos de juventude rural, produzidos entre 2013-2022, revelam uma ausência de análise de relevantes questões para a juventude rural, uma vez que, algumas pesquisas chegam a conclusões muito similares. Questões como os desafios enfrentados para a permanência no campo e a sucessão rural, com a pandemia, o governo Bolsonaro e a extinção do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, por exemplo, devem ser analisados juntos a população investigada. “A sucessão rural não é só importante para os(as) jovens, mas é uma necessidade para o País e é um direito” Dulci (2020).

## REFERÊNCIAS

ALVES, Yossonale Viana. **Educação profissional, terceirização e força de trabalho da juventude: dilemas e perspectivas** [livro eletrônico] / Yossonale Viana Alves. – Natal: IFRN, 2020. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/2085/EDUCAC%20A%20O%20PROFISSIONAL,%20TERCEIRIZAC%20A%20O%20E%20FORC%20A%20DE%20TRABALHO%20DA%20JUVENTUDE%20-%20ebook.pdf?sequence=1>. Acesso em: 05 nov. 2021.



BARCELLOS, S. B. A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil e os elementos constitutivos desse processo social. **Mundo agrário**, 16 (32). Agosto 2015. Disponível em: [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1515-59942015000200010](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1515-59942015000200010). Acesso em: 20 jun. 2022.

BARCELLOS, Sérgio Botton. As políticas públicas para a juventude rural: o Pronaf jovem em debate. **Planejamento e políticas públicas - PPP**, n. 48, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/714>. Acesso em: 19 jun. 2022.

BARCELLOS, S. B.; MENEZES, M. A.; STROPASOLAS, V. L. **Juventude Rural e políticas públicas**. Coleção juventude. Série estudos, n.1. – Brasília: Presidência da República, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BITENCOURT, Caroline Müller.; RECK, Janriê Rodrigues. **Políticas públicas e matriz pragmático-sistêmica: os novos caminhos científicos do Direito Administrativo no Brasil** [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: Essere nel mondo, 2018. Disponível em: [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/56727935/POLITICAS\\_PUBLICAS\\_E\\_MATRIZ\\_PRAGMATICO-SISTEMICA-with-cover-page-v2.pdf](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/56727935/POLITICAS_PUBLICAS_E_MATRIZ_PRAGMATICO-SISTEMICA-with-cover-page-v2.pdf). Acesso em: 12 out. 2021.

BLYTH, Mark. **Austeridade: a história de uma ideia perigosa**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

BOSI, M. L. M. Pesquisa qualitativa em saúde coletiva: panorama e desafios. (2012). **Ciência & Saúde Coletiva**, 17(3), 575-586. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232012000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000300002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 05 maio. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 8.736, de 3 de maio de 2016**. Plano nacional de juventude e sucessão rural. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8736.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8736.htm). Acesso em: 27 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.306, de 15 de março de 2018**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Juventude, instituído pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/D9306.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9306.htm). Acesso em: 04 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.226, de 5 de fevereiro de 2020**. Altera o Decreto nº 9.306, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Juventude, instituído pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/d10226.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10226.htm). Acesso em: 04 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2013. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30042825/do1-2013-08-06-lei-n-12-852-de-5-de-agosto-de-2013-30042815](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30042825/do1-2013-08-06-lei-n-12-852-de-5-de-agosto-de-2013-30042815). Acesso em: 04 jan. 2022.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. **Guia de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006. 48 p. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos\\_tematicos/tematico\\_juventude\\_br.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/tematico_juventude_br.pdf) . Acesso em: 15 jun. 2021.

BRASIL. IBGE. **PNAD Contínua 2017**: número de jovens que não estudam nem trabalham ou se qualificam cresce 5,9% em um ano. Agência de Notícias: IBGE. Rio de Janeiro, [online]. Maio 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-ano>. Acesso em: 21 set. 2021.

BRITO, R.; BERARDI, P. Vantagem competitiva na gestão sustentável da cadeia de suprimentos: um metaestudo. **RAE**, 50(2), 155-169, 2010.

CAETANO, Edson Caetano; AZEVEDO, Eva Emília Freire do Nascimento. Políticas Públicas e Juventudes: Algumas particularidades do caso brasileiro. **Polis** [En línea], 48, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/polis/12616>. Acesso em: 20 set. 2021.

CARDOSO NETO, Odorico Ferreira.; NEZ, Egeslaine de. Governos Lula, Dilma e Bolsonaro: as políticas públicas educacionais seus avanços, reveses e perspectivas. **Interação**, Curitiba, jul./set. 2021, v. 21, n. 3, p. 121-144. Disponível em: <http://interacao.org/index.php/edicoes/article/view/117/86>. Acesso em: 12 out. 2021.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Latinoamericana de ciencias Sociales**, v. 7, n. 1, p. 179- 208, 2009. Disponível em: Acesso em: 08 jun. 2016.

CASTRO, Elisa Guaraná de. PNRA e juventude rural: 30 anos depois – balanço e apontamentos em um contexto de ruptura institucional. **Retratos de Assentamento**, v.19, n.2, 2016. p. 98-124. Disponível em: <http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/240>. Acesso em: 07 mai.2022.

CASTRO, Ricardo Silveira; VESOLOSQUZKI/KAINGANG, Marco. Armadilhas institucionais e retrocessos sociais para os povos indígenas no brasil: como 1988 permitiu 2019? In: **Políticas Indigenistas**: contribuições para afirmação e defesa dos direitos indígenas [recurso eletrônico] / Rosa Maria Castilhos Fernandes [e] Angélica Domingos. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2020. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/epsuas-rs/wp-content/uploads/2021/01/CEGOV\\_pol%C3%ADticas\\_indigenistas\\_pdf.pdf](https://www.ufrgs.br/epsuas-rs/wp-content/uploads/2021/01/CEGOV_pol%C3%ADticas_indigenistas_pdf.pdf). Acesso em: 30 out. 2021.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ. BLOG. **Juventude rural e educação e em tempos de pandemia**, 28 de junho de 2021, Vitor Diego, <https://centrosabia.org.br/2021/06/28/juventude-rural-e-educacao-e-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em 19 jun. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE et. al (Org.) (CONJUVE). **Política nacional de juventude**: diretrizes e perspectivas. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2017**. IPEA, FBSP, 2017. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2017.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf). Acesso em: 13 out. 2020.

CHAGAS, Rosiane. **Gestão e efetividade na administração pública**: o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE) na experiência dos Estados de Alagoas, Rio Grande do Norte e Sergipe / Rosiane Chagas. – 2015. 172 f. Orientadora: Profa. Dra. Mônica de Aguiar Mac-Allister da Silva. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/29418>. Acesso em: 01 nov. 2021.

CONTAG. Má gestão da pandemia e crise econômica aumentam desafios da juventude rural, publicado em 22 setembro 2021. Disponível em: <http://www.fetaemg.org.br/site/index.php/all-category/comissao-estadual-de-jovens-trabalhadores-as-rurais/2878-ma-gestao-da-pandemia-e-crise-economica-aumentam-desafios-da-juventude-rural>. Acesso em: 15 jun. 2022.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DULCI, LUIZA. Secretaria de Juventude do Distrito Federal. Notícias da Secretaria. **Como a crise do coronavírus expõe os desafios geracionais**, 27/04/20, Disponível em: <https://www.sejuv.df.gov.br/como-a-crise-do-coronavirus-expoe-os-desafios-geracionais/>. Acesso em: 27 mar. 2023.

ERCOLE, F.F.; MELO, L.S.; ALCOFORADO, C.L.G.C. Revisão integrativa versus revisão sistemática. **Revista Mineira de Enfermagem**, 18(1), 09-11, 2014. Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/904>. Acesso em: 05 maio. 2022.

FARAGE, Eblin. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 140, p. 48-65, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/vqzxmknYDzYpLKH5rwG4Ttc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2021.

FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade; SANTANA, José Valdir Jesus de; EUGÊNIO, Benedito Gonçalves. Direitos humanos, banalização das desigualdades e autoritarismos na sociedade brasileira. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n.20, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/3900>. Acesso em: 05 out. 2021.

GALINDO, E. **Em pauta**: Juventude rural e políticas públicas. Coleção juventude. Série estudos, n.1. – Brasília: Presidência da República, 2014.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Rev. Bras. Educ.**, 16 (47), ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vxjkxcs7cybl3ynbdckcrvp/?lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2021.

HOWLETT, Michael.; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política Pública**: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 03 jun. 2022.

IPEA. **II PNERA**: Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150618\\_relatorio\\_ii\\_pesquisa%20nacional.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150618_relatorio_ii_pesquisa%20nacional.pdf). Acesso em: 06 jun. 2022.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra, 2002.

MARCHI, Jamur Johnas; DELLAGNELO, Eloise H. Livramento; ERDMANN, Rolf Hermann. Pesquisa Qualitativa no Campo da Administração da Produção e Operações: Enlaces e Oportunidades de Aplicação. *In: III Encontro de ensino e pesquisa em administração e contabilidade*. João Pessoa, 2011. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ29.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2022.

MARTINS, Leonardo Rauta. Juventude rural no Brasil: referências para debate. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 94-112, fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n1-7>. Disponível em: [https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa29-1\\_07\\_juventude/esa29-1\\_07\\_pdf](https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa29-1_07_juventude/esa29-1_07_pdf). Acesso em: 27 mar. 2023.

MAXEMINO, Rosana Maria Badalotti; MARTINELLI, Luiz; TONEZER, Cristiane; BOTTEGA, Sonia. Juventude rural e políticas públicas: avanços e limites. **Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios**, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/viewFile/16806/4416>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MEDINA, Gabriel. Estatuto da juventude foi pioneiro ao estabelecer direito à diversidade sexual. **Instituto Unibanco**, 2021. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/estatuto-da-juventude/>. Acesso em: 26 out. 2021.

MOURA, Eliana Perez Gonçalves de.; ZUFFO, Silvia. Políticas Públicas e Juventudes: Percursos no Brasil e em Portugal. **Cadernos do Aplicação (online)**, v.34, n.1. Porto Alegre: jan.-jun. 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao/article/view/111121/61519>. Acesso em: 12 out. 2021.

NERI, Marcelo. **Juventudes, educação e trabalho**: impactos da pandemia nos nem-nem. Rio de Janeiro: FGV SOCIAL, FGV EPGE, maio 2021. Sumário-Executivo. Disponível em:

[https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/texto-pandemia-jovens-nem-nem\\_sumariohttps://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/TEXTO-Pandemia-Jovens-Nem-Nem\\_Sumario-Marcelo\\_Neri\\_FGV\\_Social.pdfmarcelo\\_neri\\_fgv\\_social.pdf](https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/texto-pandemia-jovens-nem-nem_sumariohttps://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/TEXTO-Pandemia-Jovens-Nem-Nem_Sumario-Marcelo_Neri_FGV_Social.pdfmarcelo_neri_fgv_social.pdf). Acesso em: 22 out. 2021.

PEREZ, Olívia Cristina.; LUZ, Lila Cristina Xavier. Retrocessos na política para as juventudes na esfera federal e no município de Teresina. **Revista humanidades e inovação**, V. 6, N. 17, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1747>. Acesso em: 16 out. 2021.

SEVERO, MIRLENE FÁTIMA SIMÕES WEXELL. **Levante sua bandeira!** O Estatuto da Juventude no Brasil: teoria e prática no contexto juvenil: 2004-2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2012.

SEVERO, M. SIMÕES. **Os Movimentos Sociais de Juventude e os Direitos dos Jovens no Brasil**. 2006. 219 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras. UNESP - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

SILVA, Letícia Costa; ARAÚJO, José Anchieta de. Estado e políticas públicas para a juventude rural, **Revista de Educação, Ciência e Cultura**. Canoas, v. 25, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/5635>. Acesso em 20 jun. 2022.

SILVA, Murilo Ribeiro. Políticas públicas de juventude: medidas preventivas e medidas punitivas. **Revista âmbito jurídico**, n. 150, 2016. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-150/politicas-publicas-de-juventude-medidas-preventivas-e-medidas-punitivas/>. Acesso em: 04 jan. 2022.

SILVA, Wagner Pires da; BARBOSA, Erlene Pereira. Austeridade e neoliberalismo no Brasil pós-golpe. **Rev. Sítio Novo**, Palmas, v. 4 n. 3 p. 336-347 jul./set. 2020.

SILVA, Wagner Pires da.; BARBOSA, Erlene Pereira. O Estado brasileiro sob Bolsonaro: neoliberalismo, neofascismo e fundamentalismo. **Cadernos GPOSSHE On-line**, Fortaleza, v. 4, n. Único, 2021. <https://www.revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHE/article/view/6709/5956>. Acesso em: 12 out. 2021.

SIMIONE, Albino A. A Modernização da gestão e a governança no setor público em Moçambique. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, 48(3), p. 551-570, mai./jun. 2014. Disponível em: [https://redib.org/Record/oai\\_articulo780301-a-moderniza%C3%A7%C3%A3o-da-gest%C3%A3o-e-a-governan%C3%A7a-setor-p%C3%BAblico-em-mo%C3%A7ambique](https://redib.org/Record/oai_articulo780301-a-moderniza%C3%A7%C3%A3o-da-gest%C3%A3o-e-a-governan%C3%A7a-setor-p%C3%BAblico-em-mo%C3%A7ambique). Acesso em: 06 jan. 2022.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, 8(Pt 1):102-6, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 maio. 2022.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 16-39, 2003.

TEIXEIRA, Pedro Luiz. **Juventude e desenvolvimento**: por uma nova ordem global. Brasília: Letras e Lutas, 2012.

TIMÓTEO, William.; OLIVEIRA, Ilzver de Matos. A ausência de políticas públicas para a juventude como ofensa aos direitos humanos. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 11, n. 1. p.418-431, 2021. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3820169](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3820169). Acesso em: 16 out. 2021.

WHITTEMORE, R.; SNAFL, K. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, 52(5), 546–553, 2005. Disponível em: [http://users.phhp.ufl.edu/rbauer/EBPP/whittemore\\_knafl\\_05.pdf](http://users.phhp.ufl.edu/rbauer/EBPP/whittemore_knafl_05.pdf). Acesso em: 05 jun. 2022.

## ANEXO I

Tabela 1 – Temas Gerais

temas gerais	quantidades
sucessão rural	11
educação do campo, trajetória escolar; qualificação profissional	9
migrações rural-urbana	6
permanência no campo	6
desenvolvimento agrário	5
ensino superior público	5
trabalho	5
estado	4
assentamentos rurais	3
êxodo rural	3
assistência estudantil, políticas educacionais	2
campo político, espaços políticos; representação política	2
conferências nacionais	2
configuração familiar	2
crédito fundiário-rural	2
expectativas, perspectivas	2
gênero	2
migrações internacionais	2
mulheres - jovens	2

npt - nossa primeira terra	2
percepções	2
pronaf jovem	2
reforma agrária, programa nacional de reforma agrária	2
socialização	2
sociologia rural	2
tomada de decisão	2
autonomia	1
avaliação de políticas públicas	1
campesinato	1
condições sociais	1
contexto histórico	1
crise na agricultura familiar	1
cultura	1
economia global	1
empreendedorismo juvenil	1
escolas família agrícola (efa)	1
esvaziamento rural	1
evasão escolar	1
fracasso escolar	1
gestão rural	1
ies	1
modo de vida	1
movimentos sociais	1
narrativas	1
nordeste	1
pedagogia da alternância	1
pertencimento	1
planejamento de vida	1
práticas educativas	1
primeira geração de jovens rurais	1
programa ciências sem fronteiras	1
projeto transformar	1
projovem campo	1
racionalidade limitada	1
reprodução social	1

retrocesso	1
serra de são pedro	1
viticultura	1
uso das tics	1
direitos	1

## ANEXO II



Qtde.	Base de dados	Título, Autor e Ano	Tipo	Abordagem
01	BDTD	<p>MOURA, Marcilio Batista Magalhães. Jovens do campo e a estratégia de acesso à terra - O Nossa Primeira Terra (NPT) no sertão do Pajeú em 2005 - Pernambuco, Brasil. 2022. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.</p> <p>JUVENTUDE DO CAMPO; NPT; ASSENTAMENTOS RURAIS</p>	Dissertação	<p>A maior participação da juventude do campo no Brasil tem favorecido a emergência de políticas públicas direcionadas para os jovens do campo. O acesso à terra via crédito fundiário do Nossa Primeira Terra NPT permite a constituição do assentamento rural, como um lugar de vida e trabalho com a terra. Intuito de compreender as mudanças ocorridas na vida dos jovens a partir do acesso ao crédito do NPT para compra coletiva de um imóvel rural, foram analisados autores que discutem os temas centrais da pesquisa e ajudam a descortinar a discussão da juventude na luta pela terra, como a questão agrária, a reforma agrária, a reforma agrária de mercado no Brasil, e privilegiar o debate sobre a juventude do campo para dar ênfase nos sujeitos da pesquisa e os reatamentos desse protagonismo no desenvolvimento do território multidimensional, o assentamento. O objetivo geral foi analisar as estratégias desenvolvidas pela juventude do Assentamento Rural Nova Esperança de Santa Rita, Serra Talhada (PE) para efetivar o acesso à terra. Os objetivos específicos foram: compreender a questão agrária e a criação de programas de acesso à terra voltada à juventude no Brasil; Discutir a inserção da juventude na luta pela terra e analisar as estratégias de organização e luta por condições de vida. O recorte espacial foi o Assentamento Rural Nova Esperança de Santa Rita e o recorte temporal compreende o acesso à linha em 2004 e a atualidade em 2021. Os resultados indicam que a adoção das políticas de crédito fundiário é medida paliativa e pouco resolve o problema de acesso à terra presente na sociedade brasileira e que a atuação da juventude nos movimentos socio territoriais e na luta pela reforma agrária no início dos anos 2000 provocou a ampliação de políticas públicas, políticas sociais e na constituição de espaços de discussões sobre juventude no cenário nacional. a compra do imóvel rural permitiu a permanência dos jovens no campo a partir do desenvolvimento de estratégias organizativas, de formação e de atividades agropecuárias na consolidação da vida juvenil no assentamento rural.</p>
02	SCIELO	<p>A identidade sociocultural do jovem agricultor na vitivinicultura familiar e sua relação com a sucessão rural.</p> <p>Monteiro, Rodrigo ; Mujica, Franklin Peña . Revista de Economia e Sociologia Rural 2022, Volume 60</p> <p>Palavras-Chave: jovens agricultores, agricultura familiar, trabalho, viticultura, socialização, cultura</p>	ARTIGO	<p>A sucessão rural é um processo fundamental para a agricultura familiar e está diretamente ligada à juventude rural. A opção de dar continuidade à profissão dos pais é resultado de um conjunto de fatores, entre os quais a construção de uma identidade de agricultor, a partir de aspectos socioculturais, que é tão importante quanto os aspectos econômicos relacionados à rentabilidade e à segurança financeira. Na Serra Gaúcha, região com altos índices de desenvolvimento humano, a presença de jovens agricultores na vitivinicultura é imprescindível para a sustentabilidade da cultura agrícola e social. A partir do levantamento do perfil de jovens agricultores do município de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, identificaram-se os fatores que influenciam a construção positiva da identidade social do agricultor familiar, também conhecido como colono. O acesso à educação, cultura, infraestrutura e bens materiais de qualidade, em um processo de socialização mediado pelo trabalho na vitivinicultura familiar, mostrou-se ser importante na decisão dos jovens em continuar morando e trabalhando no meio rural. A participação na gestão da propriedade e a busca de conhecimentos técnicos, formais ou não, também compõem o cenário de estabelecimento da sucessão rural familiar, que envolve tanto jovens homens quanto mulheres, em um processo de reprodução e transformação social.</p>

03	SciELO/CAPES	Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG. Oliveira, Márcia Freire ;Mendes, Luciano ; Vasconcelos, Andrea Costa van Herk. Revista de Economia e Sociologia Rural 2021, Volume 59 Nº 2 Palavras-chave: juventude rural; desafios à permanência no campo; agricultura familiar	Artigo	Compreender os fatores que levam os jovens a optar por permanecer ou não nos empreendimentos de agricultura familiar localizados em Uberlândia-MG e Piracicaba-SP. A não permanência dos jovens no campo leva à ausência de sucessores, impactando na continuidade desses empreendimentos de agricultura familiar. Os resultados apontam que existem fatores que tanto fortalecem quanto prejudicam a permanência dos jovens no meio rural. O vínculo familiar, as melhorias de condições de trabalho e de renda e a realização de uma gestão compartilhada entre pais e filhos servem de estímulo ao trabalho do jovem no campo. No entanto, a existência de conflitos, o processo sucessório tardio e sem planejamento e a falta de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar podem desestimular a permanência do jovem no meio rural.
04	SCIELO	Loiola de Carvalho, A. (2021). SUCESSÃO: DILEMAS ENCONTRADOS PELA JUVENTUDE PARA PERMANÊNCIA NO CAMPO. Revista De Ciência Política, Direito E Políticas Públicas - POLITI(K)CON, 1(1), 113–128. Recuperado de <a href="https://periodicos.unemat.br/index.php/politikcon/article/view/5354">https://periodicos.unemat.br/index.php/politikcon/article/view/5354</a>	ARTIGO	O objetivo deste estudo foi identificar os motivos da falta de sucessão no campo, descrevendo as principais características e desafios dos protagonistas do tema: os jovens. Foi utilizado levantamento bibliográfico, contendo informações dos estudos realizados, com base na literatura clássica e atual. Foi identificado que a sucessão depende, dentre outros fatores, do desenvolvimento de políticas públicas para estimular o jovem a permanecer no campo e usar sua capacidade para melhorar alternativas agrícolas.
05	SCIELO	v. 29, n. 1, fevereiro a maio de 2021, p. 94-112. Juventude rural no Brasil: referências para debate DOI: <a href="https://doi.org/10.36920/esa-v29n1-7">10.36920/esa-v29n1-7</a> . Leonardo Rauta Martins. Palavras-chave: juventude rural; permanência no campo; políticas públicas de desenvolvimento rural.	ARTIGO	Neste artigo, buscamos recompor a trajetória recente dos estudos sobre juventude rural no Brasil a partir da análise de trabalhos que são referência nesse campo de pesquisas. Objetivamos discutir em que medida dois postulados fundantes desse debate ainda são atuais: o primeiro, a oposição entre “projeto individual” do jovem e “projeto familiar”; o segundo, a dicotomia campo e cidade, manifesta no binômio “ficar ou sair” do campo. Esse exercício permite, de um lado, compreender a gênese dos estudos sobre juventude rural no Brasil e as transformações vivenciadas ao longo das últimas três décadas nesse campo de estudos, do outro, apontar novos caminhos para o estudo dessa parcela da juventude brasileira.
06	SCIELO	Da invisibilidade à ação no campo político: dinâmicas da juventude rural nos processos participativos das Conferências Nacionais Joana Tereza Vaz de Moura1 Marcos Aurélio Freire da Silva Júnior2 Jenair Alves da Silva, p. 271 - 300 O Social em Questão - Ano XXIV - nº 51 - Set a Dez/2021.	ARTIGO	A juventude rural teve uma participação ativa nas Conferências Nacionais de Juventude, entre 2008 e 2015, conseguindo pautar várias demandas que foram acolhidas nas deliberações finais. Como foi possível que um grupo tradicionalmente invisível na sociedade conseguisse ter voz? Este artigo tem como objetivo principal analisar o papel da juventude rural no campo político (BOURDIEU, 1989; 2011) e as estratégias e narrativas utilizadas. Mostramos que o fato da temática da juventude ganhar força no interior das organizações rurais e receber maior atenção do Governo Federal nos anos 2000, possibilitou que os jovens, enquanto agentes sociais, se destacassem nesse processo.
07	CAPES	Ser ou não ser sucessor? O que almejam os jovens rurais do Rio Grande do Sul/To be or not to be asuccessor? The aspirations of	ARTIGO	Essa pesquisa identificou se os jovens e as jovens rurais que residem no Rio Grande do Sul/Brasil estão projetando seu futuro profissional no campo, pretendem ser sucessores nos estabelecimentos agropecuários familiares, além de apontar os

		<p>the rural youth of Rio Grande do Sul/;Ser o no sucesor? A qué aspira la juventud rural de Rio Grande do Sul</p> <p>Autor: Breitenbach, Raquel; Corazza, Graziela</p> <p>É parte de: Revista latinoamericana de ciencias sociales, niñez y juventud, 2021-09-01, Vol.19 (3),p.1. Palabras clave: Juventude rural, ruralidade, diferenças de gênero, êxodo rural, gestão rural.</p>		<p>fatores condicionantes para a tomada destas decisões. A pesquisa foi realizada a partir de questionário aplicado em 2018 e 2019. A amostra foi composta por 743 jovens, com idades de 13 a 21 anos, filhos de agricultores e estudantes do ensino médio. Constatou-se que 47.9% dos e das jovens querem permanecer no campo e 45.2% querem ser sucessores. O processo sucessório tem sido comprometido pela limitação da participação dos e das jovens rurais nos processos gerenciais e na tomada de decisões nas propriedades. Conclui-se que o jovem valoriza significativamente o fato de ser sujeito atuante e autônomo na propriedade.</p>
08	CAPES	<p>Jovens rurais em luta por educação e trabalho no Brasil</p> <p>Autor: Magno Nunes Farias; Roseli Esquerdo Lopes</p> <p>Assuntos: Educação; Juventudes rurais; Sucessão rural ; Trabalho</p> <p>É parte de: Revista Histedbr On-line, 2021-06-01, Vol.21</p>	ARTIGO	<p>O objetivo do estudo do qual resulta este artigo foi apreender como as pautas em torno da educação e do trabalho são elaboradas e colocadas pelas juventudes rurais que integram os movimentos organizados no Brasil. Para tanto, foi feita uma pesquisa documental que tomou como fontes documentos primários e secundários (atrelados a diversas entidades e organizações), que referem discussões e deliberações de eventos de nível nacional relacionados à organização política dos jovens rurais, entre os anos de 2007 e 2016. Nas reivindicações, pontua-se a centralidade da luta por políticas públicas que garantam o acesso à escola e a ao trabalho digno, como também as marcas da necessidade desses sujeitos de mais autonomia para a produção cotidiana de suas vidas. Aparece fortemente o tema da Sucessão Rural, tendo como questão nuclear a democratização da terra, juntamente com as condições financeiras e de assistência para a permanência no campo, passando, igualmente, pela democratização do trabalho decente, da educação escolar, do reconhecimento cultural e do fomento à agricultura familiar.</p>
09	SCIELO	<p>Estado e políticas públicas para a juventude rural State and public policies for rural youth Letícia Costa Silva; José Anchieta de Araújo, Revista de Educação, Ciência e Cultura (ISSN22236-6377)</p> <p><a href="http://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao">http://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao</a> Canoas, v. 25, n. 2, 2020</p> <p><a href="http://dx.doi.org/10.18316/recc.v25i2.563">http://dx.doi.org/10.18316/recc.v25i2.563</a></p>	ARTIGO	<p>Breve revisão de literatura sobre algumas concepções de Estado e a atuação do mesmo em relação às políticas públicas voltadas para a juventude rural. Na primeira parte, há a exposição de algumas concepções de Estado, como as concepções contratualistas e marxista. Logo em seguida, discute-se sobre os sistemas liberais e neoliberais, bem como sobre o desenvolvimentismo e neo-desenvolvimentismo na América Latina e Brasil, para demonstrar como esses sistemas adotados pelo Estado influenciam na organização econômico-social em relação às políticas públicas para a juventude rural do país que disputa por espaço na agenda pública; Para a abordagem sobre políticas públicas voltada para o jovem rural, o artigo dialoga, Barcellos (2015), Galindo (2014) dentre outros que permitem visualizar as dinâmicas das estruturas políticas do Estado na atuação da formulação de políticas públicas voltada para jovens rurais.</p>
10	BDTD	<p>LOBO, Francisco Bruno Silva. Avaliação da política estadual de educação do campo: contribuições para a construção do sentimento de pertencimento da juventude rural no estado do Ceará. 2020. 141 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de</p>	Dissertação	<p>Avaliar a Política Estadual de Educação do Campo a partir de sua contribuição para a construção do sentimento de pertencimento da Juventude Rural. Nesse sentido, têm-se como objetivos específicos: descrever e analisar a Política Estadual de Educação do Campo; analisar a partir da perspectiva dos jovens rurais, como está sendo operacionalizada a política descrita nos documentos oficiais; e investigar as possíveis mudanças ocorridas na experiência pessoal dos jovens, no âmbito do</p>

		Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.		pertencimento territorial, a partir da política.
11	SCIELO	CANDIDO, João Ernesto Pelissari. TRAVESSINI, Desideri Marx. Juventude rural e educação no campo: uma análise a partir do relato de uma jovem rural. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 08, Vol. 01, pp. 65-73. Agosto de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <a href="https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/juventude-rural">https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/juventude-rural</a> Palavras-chave: Educação do campo, juventude rural, modo de vida.	ARTIGO	Percebe-se que a modernização da agricultura afetou os modos de vida e as construções sociais. A juventude rural com suas perspectivas mostra-se como uma alternativa que aproxima a projetos que possibilita os modos de vida. Neste sentido, o artigo tem como objetivo discutir as relações entre educação do campo junto ao contexto da juventude rural. Buscando abordar algumas contribuições para a educação do campo e, principalmente, a entrevista com uma jovem residente da área rural do Município de Foz do Iguaçu (PR), para assim verificar as estratégias e perspectivas da juventude rural.
12	SCIELO	Marin, J. O. B. (2020). Pronaf Jovem: as disjunções entre o ideal e a real. Revista de Economia e Sociologia Rural, 58(2), elocation. <a href="https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.187438">https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.187438</a> . juventude rural; agricultura familiar; Pronaf Jovem; crédito rural	ARTIGO	Analisa a partir de contrapontos entre princípios normativos e experiências vividas por jovens rurais, os limites do Pronaf Jovem na construção social de uma juventude rural sucessora na agricultura familiar. No estudo de caso, realizado em municípios da Região Central do Rio Grande do Sul, O Pronaf Jovem idealiza a construção de uma juventude rural autônoma, pluriativa, integrada em instituições de desenvolvimento rural e sucessora na agricultura familiar. Na realidade pesquisada, os jovens rurais não conseguiram acessar crédito rural na linha Pronaf Jovem. Eles investem em diferenciadas estratégias de emancipação pessoal, que raramente se encaminham pelos projetos de sucessão hereditária na agricultura familiar.
13	BDTD	MOTA FILHO, José Henrique Cavalcanti. Do campo para o mundo: as aprendizagens dos jovens de áreas rurais da UFRPE a partir do Programa Ciências sem Fronteiras. 2019. 100 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.	Dissertação	Análise da trajetória de jovens rurais que estudaram na Universidade Federal Rural de Pernambuco e que participaram do programa Ciências sem Fronteiras, política pública que possibilitou a estes estudantes uma experiência acadêmica no exterior. Desde o programa de expansão e interiorização das universidades públicas, estes jovens oriundos de contextos rurais passaram a ter mais acesso ao ensino superior e a outras políticas públicas de permanência nesta modalidade de ensino. Depois das políticas que permitiram o acesso, vieram as políticas de qualificar o ensino e, dentre elas o Programa Ciências sem Fronteiras, a partir da ideia de internacionalização da educação brasileira. Neste contexto, a UFRPE surge como espaço de agregação de conhecimento e de oportunidade de uma educação de qualidade e durante sua plena vigência entre os anos de 2011 e 2015 levou estudantes a todos os continentes do planeta, nas mais diversas experiências acadêmicas, pessoais e culturais.

14	CAPES	Melo, Samuel Pires, Osmar Rufino Braga, and Jullyane Frazão Santana. "Juventude Rural E Ensino Superior Público." <i>Revista Internacional De Educação Superior</i> 6 (2019).	ARTIGO	Analisa as trajetórias escolares de jovens estudantes rurais de um campus universitário público do Nordeste do Brasil. Os resultados apontaram para um perfil de jovens com idade que varia entre 18 e 33 anos; trajetória escolar de migração para espaços citadinos, como motivação para continuar os estudos devido à precarização da educação nos espaços rurais; e perspectivas de futuro voltadas para o ensino superior objetivando a ascensão financeira para ajudar a família e seus territórios. Portanto, esse estudo sugere que os programas de interiorização e expansão das universidades federais estão sendo um aliado nas trajetórias de mudanças dos jovens e das jovens das áreas rurais.
15	BDTD	MARTINS, Leonardo Rauta. Permanecer no campo como projeto de vida de jovens rurais: experiências de formandos e egressos de Escolas Família Agrícola no Estado do Espírito Santo. 2019. 229 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.	TESE	Observamos que a ação das Efas, ainda que perpassada por contradições fruto de mudanças estruturais pelas quais passa a sociedade e que incidem no espaço escolar, bem como por diferentes visões acerca do papel da escola e dos agentes a elas vinculados, auxilia na permanência dos jovens no campo. Este tipo de educação, associado a uma melhora das condições objetivas de vida dos agricultores familiares, vivenciada ao longo da última década, em função do acionamento de políticas públicas, tem possibilitado não só o retorno de jovens ao campo, como também a permanência daqueles que estão em vias de completar a sua educação básica e aos egressos, os quais encontram nas áreas rurais espaço para realização de seus projetos socioprofissionais.
16	BDTD	Macedo, Severine Carmem Educação do Campo e jovens rurais: um estudo sobre demandas educacionais nas Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Juventude. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019.	Dissertação	Compreender as demandas educacionais da juventude rural formuladas nas três Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Juventude (CNPPJs), ocorridas nos anos 2008, 2011 e 2015. Os conteúdos mais recorrentes, por ordem de prioridades, foram a intersetorialidade da educação com outras políticas públicas, o acesso e ampliação da escolarização, a infraestrutura educacional, a legislação e os aspectos operacionais das políticas educacionais, a formação do corpo docente, financiamento, currículo e gestão democrática. À guisa de conclusão, em diálogo com o Estatuto da Juventude e as percepções captadas na Pesquisa Agenda Juventude Brasil, apresentaram-se as conquistas e os avanços na efetivação das demandas educacionais da juventude rural, além das ambiguidades, dos obstáculos e dos desafios encontrados no decorrer desse processo.
17	BDTD	SILVA, Luciana Porto da. Juventude feminina no rural do Nordeste: uma análise sobre o processo de permanência a partir do Censo (1980-2010) e da Pnad (1992-2015). 2018. xiii, 141 f., il. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural), Universidade de Brasília, Planaltina, 2018.	Dissertação	Para verificar possíveis mudanças na permanência de jovens mulheres no meio rural nordestino, o presente estudo analisa dados dos últimos dois Censos Demográfico do IBGE, com a aplicação do estudo de corte, tendo em perspectiva (e como parâmetro) também os dados das pesquisas censitárias de 1980 a 2010. Com base nessa análise, pôde-se demonstrar um aumento nas taxas de permanência das jovens mulheres, em uma reversão da dinâmica migratória rural-urbana desse segmento.

18	CAPES	Interfaces entre a Educação do Campo e o êxodo rural da juventude camponesa; Autor: Marizete Andrade da Silva; Revista Brasileira de Educação do Campo, 2018-09-01, Vol.3 (3), p.970. Palavras-chave: Educação do Campo, Práticas Educativas, Êxodo Rural, Juventude Camponesa, Políticas Públicas.	ARTIGO	O presente estudo objetiva refletir sobre os valores e princípios da Educação do Campo frente ao desafio do êxodo da juventude camponesa. A investigação indicou que o fenômeno do êxodo rural da juventude camponesa provém de inúmeros fatores, em que sobressai a ausência de políticas públicas abrangentes. Considerou-se, também, a imprescindível inclusão da diversidade e extensão do campesinato nas políticas educacionais, ressaltando a realidade objetiva das populações que criam e recriam este espaço como modo de vida.
19	SPELL	DREBES, L. M.; OLIVEIRA, F. S. A Construção Social da Juventude Rural Diante dos Processos Migratórios: Um Estudo de Caso da Agricultura Familiar de Itapuranga-GO. Desenvolvimento em Questão, v. 16, n. 42, p. 375-404, 2018.	ARTIGO	Este estudo analisou as implicações das migrações na construção social da juventude rural e suas consequências sobre a agricultura familiar. realizada no município de Itapuranga, Estado de Goiás, em março de 2014. Em síntese, as migrações têm indicado novas maneiras de viver a juventude em áreas rurais e transformado as relações sociais existentes, exigindo uma ótica diferenciada de desenvolvimento.
20	SCIELO	Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil, Troian, Alessandra; Breitenbach, Raquel. Interações (Campo Grande) Dez 2018, Volume 19 Nº 4 P. 789 – 802.	ARTIGO	O objetivo deste estudo foi apresentar as perspectivas teóricas e normativas utilizadas para definir jovens e juventude, resgatar pesquisas brasileiras sobre jovens rurais, identificando critérios de definição utilizados e os resultados das investigações. Os resultados demonstraram existir diversos estudos sobre a temática no Brasil, que utilizam distintas formas de definir juventude rural. O foco das pesquisas brasileiras está na problemática da sucessão rural e elevada migração rural-urbana, além da busca de ações para solucioná-la.
21	CAPES	Castro, Flora. "Juventude Rural E as Contribuições Do Projeto Transformar De Capacitação De Jovens Rurais No Sul De Minas Gerais (2006-2013)." Revista Em Extensão 15.2 (2017): 9-40.	ARTIGO	Conhecer a realidade em que vivem os jovens rurais do Sul de Minas Gerais e analisar os resultados do Projeto Transformar de capacitação de jovens rurais, com foco na permanência de jovens no campo e na sucessão familiar.
22	SCIELO/ CAPES	Políticas educacionais e juventude rural no ensino superior. Redin, Ezequiel <a href="https://orcid.org/">https://orcid.org/</a> . Educar em Revista Mar 2017, Nº 63 Páginas 237 – 252.	ARTIGO	Analisar as políticas educacionais de acesso ao ensino superior, recentemente instituídas no Brasil, em especial, o Programa Universidade para Todos (Prouni) e as relações com a juventude rural, hipossuficiente economicamente. As informações usadas referem-se aos dados institucionais do poder público federal e as reflexões sobre os jovens rurais, bolsistas, com base no Território Centro-Serra, Rio Grande do Sul. O estudo possibilitou identificar que o Prouni proporcionou uma oportunidade à juventude rural de cursar o ensino superior em instituições de ensino particulares, porém, a maioria dos jovens rurais ainda permanece em condição marginal no acesso à política educacional, principalmente, pelo capital cultural herdado da condição camponesa em que o hábito da leitura, do acesso a livros e da dedicação aos estudos encontra-se num duelo com o trabalho na roça, estratégia fundamental para manter a reprodução social da família rural.
23	SCIELO	AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE RURAL: O PRONAF JOVEM EM DEBATE Sérgio Botton Barcellos, planejamento e políticas	ARTIGO	Processo de configuração de uma política pública de crédito rural que aborda o grupo social da juventude rural. Nesse artigo será abordado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na linha jovem, trazendo à tona aspectos históricos que caracterizam essa política ao longo do seu processo de

		públicas, n. 48, jan./jun. 2017.		(re)formulação e debates em seu campo político. Foi possível observar as relações de interdependência entre os atores no campo político de formulação dessa política e analisar questões que influenciam nos sentidos e desdobramentos políticos dessa linha no conjunto do programa. No decorrer do trabalho, foi possível visualizar que “burocracia, publicização – transparência, preconceito geracional, falta de autonomia (relacionada a DAP)” são quesitos que comumente aparecem quando são analisados os estudos acadêmicos e técnicos sobre essa política, bem como nas avaliações das organizações e movimentos sociais em juventude rural.
24	BDTD	Programa institucional permanência da UFERSA – CAMPUS Caraúbas-RN: Fracasso escolar e evasão, 2016.  Rodrigues, Cybele Nogueira.	Dissertação	Analisar o impacto das ações do Programa Institucional Permanência (PIP) na evasão dos e das bolsistas no ano de 2014. A metodologia baseia-se na revisão bibliográfica e documental, além da observação da realidade, enquanto profissional da área educacional. O estudo foi realizado na Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) – campus Caraúbas constando da análise das diversas questões teóricas envolvidas com a permanência do e da discente na Universidade, contexto histórico do campus, ações implementadas para o combate à evasão e análise da eficácia do PIP.
25	SCIELO/ CAPES	Elisa Guaraná de Castro, Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência as políticas públicas de juventude, POLÍTICA & TRABALHO. Revista de Ciências Sociais, nº 45, Julho/Dezembro de 2016, p. 193-212	ARTIGO	Mais especificamente os 14 anos dos governos Lula-Dilma, que esse artigo pretende realizar um balanço, na perspectiva da organização da juventude rural, da constituição de uma primeira geração de jovens rurais que se identificam com a categoria juventude e do diálogo/incidência sobre a agenda e efetivação de políticas públicas.
26	SCIELO/ CAPES	de Castro, E. G. (2016). PNRA e Juventude rural: 30 anos depois – balanço e apontamentos em um contexto de ruptura institucional. Retratos De Assentamentos, 19(2), 98-124. <a href="https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2016.v19i2.240">https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2016.v19i2.240</a>	ARTIGO	Balanço das políticas públicas de juventude rural e o seu diálogo com os 30 anos do Programa Nacional de Reforma Agrária. Nos governos Lula-Dilma houve avanços fundamentais em políticas públicas para a agricultura familiar, ainda que não se tenha efetivamente realizado a Reforma Agrária. Houve o reconhecimento político e social das populações rurais, o que pode ser uma importante articulação de resistência para retrocessos nas políticas e ações voltadas para a agricultura familiar. O fortalecimento identitário e os espaços de organização em movimentos sociais, redes e mesmo em espaços formais de participação social no governo federal podem ter promovido um caldo organizativo de difícil dissolução, mesmo por atos arbitrários e autoritários como os que já estamos experimentando no País.
27	CAPES	Fatores Relevantes para a Tomada de Decisão dos Jovens no Processo de Sucessão Geracional na Agricultura Familiar, Dessimon Machado, Joao Armando; Dalzotto Artuzo, Felipe; Foguesatto, Cristian Rogério; Lago, Adriano. Assuntos: Juventude rural; Migração rural; Racionalidade limitada; Rural exodus; Sucessão; Tomada de decisão. Revista paranaense de	ARTIGO	Percebe-se que nas últimas décadas o meio rural vem sofrendo um processo de “esvaziamento” populacional, em virtude do êxodo rural, principalmente por parte dos jovens agricultores familiares. Nesse contexto, o estudo tem por objetivo analisar quais são os principais fatores que contribuem para a ocorrência do êxodo rural jovem na região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul. Os resultados apontam que fatores relacionados à renda (falta de renda satisfatória) e às políticas públicas (ausência de políticas públicas) contribuíram para o êxodo rural jovem, sendo eles considerados os dois principais fatores para a tomada de decisão dos jovens em não suceder as atividades dos pais na agricultura familiar.

		desenvolvimento, 2016 (130), p.15-28.		
28	CAPES	<p>O crédito fundiário e a linha Nossa Primeira Terra em debate no Brasil</p> <p>Autor: Barcellos, Sérgio Botton</p> <p>É parte de: Novos cadernos NAEA, 2016-06-23, Vol.19 (1)</p>	ARTIGO	<p>Analisar o processo de configuração da política pública de crédito fundiário e o seu recorte para a juventude rural no Brasil. Assim, ao resgatar esse processo e observar os debates sobre a linha NPT do PNCF ao longo do tempo, com maior atenção aos últimos 10 anos, foi possível evidenciar as relações de interdependência entre os atores na formulação dessa política e analisar as questões que influenciam na configuração política dessa linha junto ao Programa.</p>
29	SCIELO	<p>Migração rural-urbana, juventude e ensino superior ZAGO, NADIR. Revista Brasileira de Educação Mar 2016, Volume 21 N° 64 Páginas 61 – 78.</p>	ARTIGO	<p>No Brasil, a proporção entre a população rural e a urbana foi alterada de modo significativo nas últimas décadas (menos de 20% residem no meio rural), e os movimentos migratórios em direção à cidade são formados por um público mais jovem e mais feminino que no passado. Essa migração seletiva vem assumindo proporções importantes nas regiões de predomínio da agricultura familiar, como o sul do país. O presente artigo trata das relações entre transformações sociais no campo, demandas por escolarização em nível superior e destinos socioprofissionais dos filhos e das filhas de pequenos produtores rurais.</p>
30	ENEQ/ENANPAD	<p>OLIVEIRA, Márcia Freire de; MENDES Luciano. Contribuições das Políticas Públicas para a Sucessão na Agricultura Familiar. In: Encontro de Estudos Organizacionais da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 9., 2016, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, 2016. <a href="http://anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MjA3ODk=">http://anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MjA3ODk=</a>.</p> <p>Palavras-chave: Sucessão. Agricultura Familiar. Políticas Públicas.</p>	ARTIGO	<p>Na agricultura familiar o sucesso na sucessão é algo que vai além das questões gerenciais, de liderança e dos aspectos ligados às relações familiares e à figura do sucessor. As políticas públicas podem ser um importante estímulo à sucessão e a permanência do homem no campo, sendo um assunto pouco abordado na literatura. Dentro desse contexto, este artigo consiste em um ensaio teórico que tem como objetivo descrever as contribuições de políticas públicas como o PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) para a sucessão familiar. Os resultados mostram que tais programas geram benefícios aos agricultores familiares, contribuindo para a fixação destes no campo e motivando-os a estimular seus filhos a darem continuidade às propriedades rurais.</p>
31	BDTD	<p>DREBES, Laila Mayara. RURAL YOUNG IN INTERNATIONAL MIGRATIONS. 2015. 197 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.</p>	Dissertação	<p>O estudo analisou como os jovens rurais oriundos da agricultura familiar vivenciaram as migrações internacionais contemporâneas em suas variadas fases, sendo elas emigração, viagem, imigração e retorno. Concluiu-se que as migrações internacionais entre jovens rurais oriundos da agricultura familiar de Itapuranga não foram unidirecionais, caracterizadas por idas e vindas, mostrando maneiras diferentes de vivenciar a juventude nas áreas rurais. Concluiu-se, também, a necessidade de políticas públicas e ações extensionistas relacionadas com as</p>



				singularidades desses migrantes internacionais.
32	BDTD	PAULA, Débora Brandão de. As políticas de interiorização do ensino superior e perspectivas de trabalho para jovens rurais – estudo de caso em Matipó, Minas Gerais. 2015. 146 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2015.	Dissertação	Políticas públicas como o Fundo de Financiamento Estudantil – Fies, o Programa Universidade para Todos – Prouni, e o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, bem como a criação de novas instituições de ensino. Dessa forma, a presente pesquisa analisou as políticas de interiorização do ensino superior e as perspectivas de trabalho entre jovens rurais da microrregião de Manhuaçu, Minas Gerais. Especificamente procurou-se mapear e analisar as escolhas dos cursos superiores por esses jovens rurais, identificando suas aspirações referentes à conclusão do mesmo, bem como o interesse em permanecer ou não nas comunidades rurais. Buscou-se também analisar a avaliação dos jovens quanto às oportunidades regionais para a concretização de seus projetos profissionais, observando assim as políticas públicas de acesso ao ensino superior utilizada por eles.
33	SCIELO	Botton Barcellos, S. (2015). A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil e os elementos constitutivos desse processo social. Mundo Agrario, 16(32). <a href="http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAv16n32a10">http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAv16n32a10</a>	ARTIGO	Investigar a configuração de políticas públicas para a juventude rural e como está ocorrendo à inserção dessa agenda política do Estado no Brasil. A questão central colocada para a pesquisa é: como ocorreu o processo de configuração das políticas públicas para a juventude rural no âmbito do governo federal? Ao longo da pesquisa foram evidenciados os atores, as políticas formuladas e de que forma a categoria juventude rural foi expressa ao longo desse processo.
34	BDTD	SILVA, Vera Terezinha Carvalho da. Jovens rurais que permanecem no campo: a sucessão na agricultura familiar em dois municípios gaúchos. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <a href="https://lume.ufrgs.br/handle/10183/132855">https://lume.ufrgs.br/handle/10183/132855</a> .	Dissertação	investiga os fatores relacionados com a sucessão e permanência nas unidades produtivas familiares, na contramão da maioria que opta por sair do meio rural. foi possível constatar a inexistência de um planejamento explícito da sucessão nas unidades produtivas familiares. Entre os principais fatores que despertam o desejo dos jovens do sexo masculino em permanecerem nas unidades produtivas familiares encontramos: a proximidade das UPFs com os centros urbanos, o que garante o acesso a serviços públicos e espaços de lazer, permitindo que desenvolvam atividades em um dos dois universos e residam em outro; certa autonomia financeira possibilitada pelo fato de todas as unidades produtivas familiares pesquisadas contarem com a alternância da renda mensal com a anual, o que contribui com a sustentabilidade do grupo familiar; bem como as questões afetivas, como o desejo de estar próximo da família e da comunidade. Quanto às jovens, percebemos que as relações de gênero continuam fortemente marcadas pela desigualdade de participação nas atividades e decisões na unidade produtiva familiar, mas este fator parece ser uma questão naturalizada pelos grupos familiares.

35	BDTD	Políticas públicas para juventude: o caso do Projovem Campo – Saberes da Terra na Paraíba Edição 2014, <a href="#">Apolonio, Elaine Aparecida de Souza [UNESP]</a> , 2019	TESE	O programa analisado trata com um público e um contexto específico que necessita que as metas a serem atingidas pelo Programa Projovem Campo – Saberes da Terra integrem saberes locais, que parta da realidade do campesinato, ouça suas necessidades, dialogue com esses homens e mulheres jovens que buscam educação, como um direito que já lhes foi negado anteriormente, contribuindo para a redução de disparidades entre a realidade da educação urbana e rural.
36	BDTD	MORAIS, Luciana Soares. Juventudes rurais no território integração norte pioneiro do Paraná: um estudo dos fatores que interferem em sua decisão de permanecer ou não no meio rural. 2014. 193 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014. Disponível em: <a href="http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/3953">http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/3953</a>	Dissertação	Os tradicionais problemas enfrentados pela agricultura familiar também se fazem presentes no Território, destacando-se a concentração fundiária e dificuldade de acesso à terra, e o baixo rendimento das propriedades, especialmente aquelas que tem um único produto como fonte de renda, no contexto de uma economia majoritariamente agrária. Somam-se a estas, as dificuldades relativas ao distanciamento das propriedades em relação ao meio urbano, más condições das estradas e transporte. E ainda problemas mais específicos da juventude rural, como a dificuldade de acesso à renda de forma autônoma; a desvalorização do meio rural impressa pela educação tradicional; as diferenças e desigualdades de gênero persistentes na educação de jovens do sexo masculino e feminino; a não valorização dos jovens no modelo de tomada de decisões nas propriedades; os preconceitos e tabus ainda relacionados à identidade de jovem rural; o desconhecimento e a dificuldade de acesso às políticas públicas disponíveis para os jovens agricultores familiares. No entanto, à medida que os/as jovens conseguem ter acesso à ocupação e renda na propriedade, relações mais flexíveis na família, acesso às políticas públicas para estruturação da propriedade, facilidade de acesso ao meio urbano e educação conectada à sua realidade, crescem as possibilidades de permanecerem no meio rural, o que, diga-se de passagem, foi o desejo manifestado por todos os nossos entrevistados.
	CAPES	Jovens da região central do Rio Grande do Sul Autor: Alessandra Troian Assuntos: desenvolvimento; jovens; juventude rural ; políticas públicas É parte de: Revista ideas interfaces em desenvolvimento, agricultura e sociedade, 2014-01-01, Vol.8(1), p.104-134	ARTIGO	O estudo objetiva caracterizar os jovens que têm permanecido no meio rural, apresentando suas percepções em relação ao que precisa mudar e melhorar para que os jovens permaneçam no campo, bem como as políticas públicas conhecidas e acessadas por eles. No que diz respeito às suas perspectivas, os entrevistados demandam investimentos, políticas específicas e apoio governamental, desejam ainda respeito e valorização à profissão e ao modo de vida do agricultor. Por fim, salienta-se que os jovens são inseridos em políticas públicas destinadas às demais faixas etárias. As políticas conhecidas e acessadas são destinadas à produção e à produtividade, havendo carência de atividades não agrícolas e relacionadas ao lazer e à educação.
37	SCIELO	Panno, F., & Dessimon Machado, J. A. (2014). Influências na Decisão do Jovem Trabalhador Rural: Partir ou Ficar no Campo. Desenvolvimento Em Questão, 12(27), 264–297.	ARTIGO	O gradativo desinteresse dos jovens, filhos de pequenos agricultores, em permanecer no campo é debatido no mundo todo e tem sido alvo de tentativas constantes de intervenções, algumas bem-sucedidas, mas na maioria sem desencadeamentos práticos perceptíveis. Este estudo contempla três casos de jovens da microrregião de Frederico Westphalen, noroeste do Rio Grande do Sul, e envolve a tomada de constantes e difíceis decisões, baseadas em fatores e

				influências.
38	BDTD	BARCELLOS, S. B. A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social. 2014, 306p. Tese (Doutorado) – Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Programa de Pós-Graduação de Ciência Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), Rio de Janeiro (RJ), 2014.	TESE	Investigar a configuração de políticas públicas para a juventude rural e como está ocorrendo a inserção dessa agenda política no Estado. Essa construção implica em situar o olhar na situação social dos (as) jovens que vivem no espaço rural e estão se organizando por diversos meios e têm representação em espaços de governo para discutir e formular essas políticas. A questão da juventude nesse trabalho também é vista a partir da perspectiva de Elias considerando o processo longo, de figuração e interdependência. Desse modo, as relações entre os atores podem ser de disputa e concorrência e também relações de cooperação, que se imbricam com a capacidade de influenciar na configuração de uma política pública, nesse caso, para a juventude rural.
39	BDTD	CANHOLI, Patrícia Fracaroli. Dilemas e desafios da juventude rural: um olhar sobre o Alto da Serra de São Pedro-SP. 2014. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada) - Ecologia de Agroecossistemas, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014.	TESE	Compreender os impactos da economia global sobre a agricultura familiar, particularmente sobre a juventude rural do interior do Estado de São Paulo, foi concebida esta tese de doutorado no município de São Pedro-SP. O Alto da Serra de São Pedro, como território analítico, historicamente há mais de duas décadas é apoiado por iniciativas de extensão rural.
40	SCIELO	RABELLO, Diógenes; OLIVEIRA, Luciano Benini de; FELICIANO, Carlos Alberto. Permanecer ou sair do campo? Um dilema da juventude camponesa. Pegada – A Revista da Geografia do Trabalho, v. 15, n. 1, p. 136-150, 2014. Disponível em: <a href="https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3032">https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3032</a> . Acesso em: 12 ago. 2020. Palavras-chave: Juventude Camponesa. Campesinato. Assentamentos Rurais. Trabalho.	ARTIGO	As motivações que nos animam a entender os motivos pelos quais os jovens estão deixando o campo é a preocupação que temos quando observamos que este processo se intensifica cada vez mais. A realidade em que estes jovens estão inseridos coloca para eles grandes desafios, onde, diversos elementos presentes nas comunidades influenciam na permanência destes jovens no campo. Buscamos traçar alguns caminhos como a educação e as políticas públicas que diretamente influenciam na construção da identidade dos jovens. Entendemos ainda que a juventude é responsável pela continuação das lutas e permanência dos camponeses nos territórios conquistados pelos trabalhadores, na perspectiva de construção e consolidação do modo de vida camponês. Resgatando e construídos meios de produção.
41	BDTD	Percepções e projetos de jovens rurais produtores de tabaco de Arroio do Tigre / RS, Troian, Alessandra, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. 2014.	TESE	Como principais resultados visualizaram-se que as problemáticas do universo jovens são pouco discutidas na arena local, o cultivo de tabaco não é predominante nos projetos de vida dos jovens e percebe-se a falta de ações e políticas específicas para os jovens rurais seja na esfera municipal, estadual e federal. JUVENTUDE; EXPECTATIVAS; PERCEPÇÕES; PLANEJAMENTO DE VIDA; RURAL.

42	BDTD	DEGGERONE, Zenicleia Angelita. A permanência dos jovens nas unidades de produção familiares na região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul. 2014. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 13 jan. 2014.	Dissertação	Compreender o processo social de permanência dos jovens rurais nas unidades de produção familiares nos municípios de Aratiba e Itatiba do Sul, localizados na Região Alto Uruguai – Rio Grande do Sul. Dentre os principais resultados relacionados à permanência dos jovens no meio rural, estão: a autonomia e poder de decisão dos jovens do sexo masculino e feminino, bem como a retribuição monetária pelas atividades desenvolvidas nas unidades de produção familiares (UPFs); das responsabilidades assumidas pelos jovens nos trabalhos e na gestão da unidade produtiva familiar (UPF); de uma educação diferenciada que valorize o ambiente rural, e uma formação e qualificação técnica, que possibilite integrar os jovens no comprometimento e especialização das atividades produtivas; do empoderamento social e comunitário dos jovens junto às entidades locais; da diversificação dos sistemas de produtivos, que geram maior retorno econômico a UPF; da obtenção de rendas complementares (pluriatividade) as atividades agropecuárias; e políticas públicas que possibilite e assegure a construção de um projeto de vida, que prime pelo desenvolvimento rural e pela continuidade da agricultura familiar.
43	BDTD	SILVA, Elisabete Joaquina da. As filhas de Pascoal: nova ruralidade e condições de permanência no campo entre jovens agricultoras no interior de Pernambuco. 2013. 146 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <a href="https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11574?local=e=pt_BR">https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11574?local=e=pt_BR</a> .	Dissertação	Estudo de caso a situação de jovens mulheres que permanecem no campo e ganharam autonomia financeira. Procurou-se mostrar características principais da vivência dessas jovens que indicam certo grau de transformação nas relações de gênero e geração no interior da família. A pesquisa teve como principal objeto de estudo a família Pascoal. Observou-se que nesta divisão as jovens ficam com a maior parte dos trabalhos na propriedade e assim existe uma divisão sexual do trabalho que é justificada por elas através da categorização do trabalho como pesado e leve. As políticas públicas e o trabalho do SERTA têm papel fundamental para permanência destas jovens, desenvolveram mecanismos que possibilitam mais geração de renda e acessos a outros serviços, garantindo a essas jovens a realização de projetos sem deixar o campo. Quanto à condição feminina, apesar de haver um reconhecimento da importância do trabalho das “meninas” para o funcionamento da produção elas ainda continuam lucrando menos que seu irmão. Deixando claro que alguns padrões de gênero ainda são mantidos apesar do ganho de autonomia das jovens.
44	BDTD	KUMMER, Rodrigo. Juventude rural, entre fica e partir: a dinâmica dos jovens rurais da comunidade de Cerro Azul, Palma Sola/SC. 2013. 308 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2013. Disponível em: <a href="http://tede.unioeste.br/handle/tede/2007A">http://tede.unioeste.br/handle/tede/2007A</a> acesso em: 14 jul. 2020.	Dissertação	A discussão baseia-se num estudo entre jovens da comunidade rural de Cerro Azul localizada no município de Palma Sola, circunscrito a região Oeste do estado de Santa Catarina. Esta comunidade, constituída a partir da década de 1940, teve historicamente sua base econômica e demográfica pautada na agricultura. Entretanto, atualmente verifica-se uma intermitente diminuição de sua população, sendo predominantemente a população jovem que vem decrescendo. Essa alteração se justifica pelo grande número de jovens que tem abandonado o campo e as atividades agrícolas para residir no meio urbano. Discutem-se, em síntese, os fatores relacionados à decisão de partir e de permanecer, bem como as dinâmicas que os jovens que estão no meio rural constituem na vida que desempenham.

45	SCIELO	<p>REDIN, E.; SILVEIRA, P. R. C. da; GUIMARÃES, G. M.; SANTOS, V. F. dos. Juventude rural e novas formas de sociabilidade mediadas pelas tics. Signos do Consumo, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 225-244, 2013. DOI: 10.11606/issn.1984-5057.v5i2p225-244. Disponível em: <a href="https://www.revistas.usp.br/signosdoconsumo/article/view/76390">https://www.revistas.usp.br/signosdoconsumo/article/view/76390</a>.</p>	Artigo	<p>Com base na experiência de organização dos jovens rurais da Região Centro Serra do Rio Grande do Sul-Brasil, a qual envolve em torno de 9.000 jovens de 12 municípios, este trabalho propõe-se a analisar as mudanças nas formas de sociabilidade vivenciadas em um processo de transformação da vida rural provocado pela universalização do uso das TICs. Neste esforço investigativo, busca-se analisar o impacto nas relações sociais locais e sobre a projeção futura da vida dos jovens no espaço rural. Deste modo, percebem-se as transformações na perspectiva da juventude rural como ator coletivo, as quais redefinem o sentido atribuído ao rural e impactam no processo de construção identitária, propondo uma reflexão sobre as motivações e tensões vivenciadas.</p>
46	BDTD	<p>Juventude rural: projetos juvenis no contexto das novas ruralidades</p> <p>Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2013.</p> <p>Zanol, Silvia Verona, 2013</p>	Dissertação	<p>Fatores que definem as escolhas, a implantação e a continuidade dos projetos de empreendedorismo agrícolas e não agrícolas de jovens egressos da instituição não governamental Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural - Cedejor. De acordo com os resultados obtidos fatores externos e internos interferem nas escolhas, na implantação e na continuidade dos projetos de empreendedorismo juvenil. Como fatores externos temos, sobretudo, as políticas públicas de acesso ao crédito e à terra e como fatores internos temos, particularmente, as questões relacionadas à família diretamente implicadas na concretização dos projetos juvenis. Em suma, a concretização dos projetos e empreendimento em atividades agrícolas ou não agrícolas são condicionados por estes fatores, com implicações fundamentais na permanência dos jovens no espaço rural. Mas se faz necessário políticas públicas para dinamizar esse espaço e ampliar a atuação do jovem.</p>
47	SCIELO	<p>Costa, Fernando Luis Martins e Ralisch, Ricardo A juventude rural do assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis (PR). Revista de Economia e Sociologia Rural [online]. 2013.</p>	ARTIGO	<p>Conhecer os anseios, as perspectivas de futuro e a realidade em que vivem os jovens rurais moradores do assentamento Florestan Fernandes, localizado no município de Florestópolis (PR), uma vez que eles poderiam ser os protagonistas na continuidade de exploração dos lotes conquistados. Concluiu-se que a maioria dos jovens tem grande interesse em continuar vivendo e trabalhando nos lotes com os pais, mas a limitação da renda obtida pela família nas atividades agropecuárias e a falta de renda própria levam estes jovens a optar por sair da propriedade, em busca de novas oportunidades.</p>